

1 Ata da reunião conjunta com os membros do Comitê de Apuração do Orçamento Criança e Adolescente – OCA e
2 da Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC,
3 realizada aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, com início às nove horas e dez
4 minutos, de forma presencial no auditório da Dom Pedro, sito à Rua Dom Pedro II, nº 25, Centro/Santos. A pauta
5 foi: apresentação dos questionários Orçamento Criança e Adolescente referente ao exercício de 2022, doravante
6 OCA, Mapas Sociais 2023, apresentação da Matriz lógica de correção da revisão do Plano Municipal para a
7 Infância e Adolescência, doravante PMIA, assuntos gerais. **Presentes:** Suzete Faustina dos Santos, Robson Felix
8 dos Santos, Felipe Gibertone Santiago, Maria do Carmo Sofia de Paula, Gustavo Prado Ignácio, Anna Luiza
9 Chicolet Serra (SEMULHER), Lia Corchs Carneiro (SEDUC), Luís Trajano de Oliveira (Finanças e Gestão), Plínio Rolin
10 de Aguiar e Simone Aquino de Carvalho (SEGOV), Maria Anunciação Lourenço (SMS) Fábio Malacarne da Costa
11 (SECULT), Juliana Freitas Aguiar Pires e Glauca Reis (SEMAM) Daniela Santana Moraes (LBV), Luana Carolina
12 Itagyba De Maria (CTZC), Daniella Croce Ruas Paulo e Marcela de Almeida Santos Matias (CTZL), Claudia Diegues
13 Krawczuk (CMDCA). **Ausências justificadas:** Simone Caetano Fernandes e Fernanda de Souza Santos (CMDCA),
14 Danielle Prudente Duarte Rufino (SEDS), Fabiana Riveiro de Moraes (SEDUC), Guilherme Manzano Barbosa e
15 Vinicius Reberte de Almeida (SEMES), Cristina de Almeida Vida Madeira Costa e Elizabeth dos Santos Tavares
16 (SECULT), Claudio de Oliveira (ACS). **Ausências não justificadas:** Jailson Caetano de Jesus e Daniela Gonçalves de
17 Godoy Moutinho (SMS), Alex Lucas Couto e Cristian Nunes dos Santos (SMS), Sergio Roberto Rodrigues (CMDCA),
18 Tassia Queiroz Prado (SEDS), Marcell Martins de Freitas (SEDS), Marcia Maria Sobreira do N. Sertório (SEDUC),
19 Raphael Luiz Moura e Kaio César Pereira (CTZN) e Elber Justo (ACS). A senhora Suzete inicia a reunião
20 cumprimentando a todos e em seguida explica o que é o Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC), que o
21 mesmo está vinculado à Secretaria da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, dividido entre dois
22 departamentos DEARTI, que é responsável pelo preenchimento no que se refere ao financeiro, através do OCA,
23 e DEPACID, responsável pelo preenchimento dos mapas sociais. E que seria trazido pelo Senhor Robson (DEARTI)
24 e Senhora Maria do Carmo (DEPACID) uma prestação de contas das ações dos últimos três anos, tanto do OCA,
25 quando dos Mapas sociais, com base no que os representantes das secretarias informaram ao longo dos últimos
26 três anos. Explicitou que, embora hoje o município tem uma avaliação favorável, não significa que a mesma o
27 credencia ao selo, ainda mais que temos alguns *gaps* acumulados desde quando começamos a participar do
28 PPAC, devido a dinâmica que o nosso município utilizada no assentamentos de dados do setor financeiro,
29 relativas à investimentos na infância e adolescência que não se alinham ao PPAC, pois impossibilita visão mais
30 clara da forma de lançamentos dos investimentos do município no que se refere aos mesmos, de forma
31 exclusiva. Isso é uma discussão antiga e que comumente vem sendo realizada. Sabe-se que o município investe
32 nestes segmentos, mas não se consegue extrair os valores precisos, por falta de um detalhamento mais
33 específico e exclusivo. O Orçamento da cidade é mais generalizado, incluindo várias faixas etárias num mesmo
34 programa e dificultando alguns detalhamentos. O senhor Robson esclareceu já ter procurado no Sistema
35 EMBRAS, utilizado pela prefeitura e não encontrou nada em específico que trate diretamente de Orçamento
36 Criança e Adolescente, apenas indicação de função, subfunção, que correspondem programa e ação
37 desenvolvidos em prol de crianças e adolescentes de forma genérica. Citou-se como exemplo a questão de
38 compra de vacinas destinada, exclusivamente, para crianças, que no sistema da Prefeitura não traz
39 detalhamento para segmentos específicos: adulto ou criança. O senhor Luiz Trajano, representante da
40 SEFIN/SEGES, explicou que existia no orçamento uma função exclusiva para o Orçamento Criança e Adolescente
41 – OCA, mas praticamente inutilizada, visto que não havia preenchimento por parte das secretarias. A senhora
42 Suzete, considera que cada Secretaria tem o seu GEOP, Grupo Especial Gestor de Orçamento e Programas, e que
43 deveriam fazer o lançamento das funções exclusivas e talvez uma explicação ao grupo fosse necessária para
44 conhecer a metodologia que é utilizada pela ABRINQ, se há possibilidade de adaptações e se existe a função, o
45 que pode-se fazer é pedir para que passem a preencher de acordo com os recortes por segmentos: primeira
46 infância que é de zero a seis, a idade infantil que vai dos seis até doze anos e depois a juventude, no recorte dos
47 doze aos 18 anos. O senhor Trajano diz que o Departamento de Orçamento, doravante DEORG, vinculado à
48 Secretaria de Governo – SEGOV, ainda disponibiliza no orçamento a subfunção OCA e caso não esteja sendo
49 preenchido, precisa-se ver qual a melhor maneira de fazê-lo. O senhor Robson esclareceu que não tem função e
50 subfunção, previstas no OCA, porque, quando faz o orçamento e envia aos órgãos reguladores com esse
51 detalhamento, talvez ele fique muito extenso, que é preciso primeiramente planejar, para posteriormente haver
52 execução e gastos. A senhora Suzete complementa dizendo que cada secretaria tem que fazer o seu controle e a
53 função do Comitê OCA é assentar o que foi/deveria ser registrado pelas secretarias e não ficar procurando onde
54 está. Esta é uma questão que precisa ser resolvida caso o município resolva participar da próxima edição do
55 Programa, fator que precisa ser levado ao conhecimento do Sr. Prefeito. O senhor Trajano esclareceu que as
56 secretarias vão ter trabalho de qualquer jeito, porém eles acham mais fácil colocar uma dotação de consumo ou
57 de serviço e comprar tudo numa única dotação, ao invés de separar o que é de criança e adolescente. É uma
58 situação que precisa ser repensada pelos envolvidos no Programa, caso seja decidido pela continuidade do
59 município em participar do PPAC. A senhora Juliana (SEMAM) questiona se o GEOPSIAP - não tem um relatório

60 que separe isso? O senhor Trajano esclareceu que o relatório é a consequência e para ter o relatório é preciso
61 fazer a separação dos orçamentos por segmentos, antecipadamente. O senhor Robson diz que tentou procurar
62 em vários relatórios, porque são situações fixas e recorrentes, mas mesmo assim não encontrou, além do
63 sistema travar muito. Em continuidade, a senhora Maria do Carmo inicia a apresentação informando que
64 apresentará o resultado de como está a Matriz Lógica com os dados recebido das secretarias e o senhor Robson
65 apresentará a parte do orçamento. Iniciou com a devolutiva parcial da Fundação Abrinq, em relação a Matriz
66 Lógica, considerada satisfatória. Enfatizando que: ser considerada satisfatória não significa que vamos ganhar o
67 selo e também não garante que dentro do *checklist* de itens avaliados pela Fundação, atingiremos todos os
68 critérios estabelecidos para a certificação, mas que continuamos no processo de avaliação até a final. A matriz
69 satisfatória indica que o município não precisaria fazer correções nos dados enviados em 2021 e preenchidos
70 diretamente plataforma disponibilizada pela Fundação. Trouxe o **CONCEITO DA MATRIZ LÓGICA como o**
71 elemento central do Plano. Ela é o dispositivo que contém informações de forma clara e simples para facilitar o
72 trabalho daqueles que a utilizarão como ferramenta de gestão, execução ou controle. Nela são detalhados quais
73 são os resultados esperados, por meio dos quais serão gradualmente alcançados os objetivos intermediários e
74 que contribuirão para a realização do objetivo de impacto e, conseqüentemente, a solução de problemas.
75 Descreveu quais são os itens da Matriz: **Problema central:** expressa uma situação concreta negativa identificada
76 como prioritária capaz de ser resolvida ou atenuada pelo Município no período de vigência do Plano (10 anos).
77 Para a seleção de quais problemas devem constar no Plano, devem ser definidas prioridades, de acordo com a
78 urgência e com a capacidade de execução do município sobre cada um deles. Para cada problema central está
79 associado um objetivo de impacto. **Objetivo de impacto:** exprime a transformação do problema central (situação
80 negativa) em situação futura desejada. Expressa a situação positiva ou favorável que se quer alcançar, quando
81 tiver sido resolvida ou reduzida a situação negativa identificada, registrada como problema central. Cada
82 objetivo de impacto possuirá um ou mais resultados esperados/metras, que podem ser entendidos como
83 objetivos intermediários. **Resultados esperado/meta:** situação concreta que deverá ser atingida ao final da
84 execução das ações ou projetos escolhidos para produzi-lo. Ao ser alcançado, cada resultado esperado/meta
85 deve ser capaz de levar à situação descrita no objetivo de impacto. Além disso, deve ser passível de uma
86 constatação que não dê margem a interpretações pessoais, ou seja, deve ser construído a partir de parâmetros,
87 chamados de indicadores de resultado. Cada resultado esperado/meta possui pelo menos um indicador de
88 resultado. **Indicador de resultado:** permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, se o resultado esperado
89 está sendo ou foi alcançado e em que medida – integralmente ou parcialmente. Cada indicador de resultado
90 possui um meio de verificação. **Meio de verificação:** mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido,
91 acessado ou localizado. **Ação/projeto:** meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos
92 quais foram associados. Portanto, deve haver total compatibilidade entre a ação ou projeto e o seu respectivo
93 resultado esperado/meta. A cada ação/projeto estão associados seus respectivos elementos descritivos, listados
94 abaixo. **Responsável:** ator (órgão ou setor) ao qual cabe a responsabilidade da execução de cada ação ou
95 projeto. Para cada ação há apenas um responsável, o que não significa que não possa haver demais atores
96 empenhados em sua execução. Cabe a este responsável articular esses demais atores envolvidos. **Envolvidos:**
97 ator ou atores que contribuem para a execução da ação/projeto, mas que não são o principal executor
98 (responsável). **Prazos:** mês ou ano nos quais começarão e terminarão as ações/projetos, permitindo o seu
99 acompanhamento. Ao explicitar os prazos de cada uma das ações/projetos, é possível diferenciar ações de curto,
100 médio ou longo prazo, bem como ações pontuais de ações contínuas, além de permitir o encadeamento de
101 ações dependentes entre si. **Fonte de recursos:** indica a origem do financiamento das ações/projetos propostos.
102 A identificação da fonte de recursos ajuda a trazer materialidade ao Plano e impede que o mesmo seja composto
103 de ações inviáveis do ponto de vista de seu financiamento. **As ÁREAS TEMÁTICAS** são divididas por eixos:
104 **Promoção de Vidas Saudáveis, Educação de Qualidade e Proteção em Situações de Risco. Matriz Lógica. Cada**
105 **eixo tem um grupo de problemas centrais que devem ser atenuados através de elaboração de ações,**
106 **programas e políticas públicas, bem como nas Áreas complementares aos eixos.** Para além disso, **o que mais a**
107 **Fundação pede?** É solicitado responder aos questionários que se refere ao **Fortalecimento dos Conselhos** e de
108 **Políticas Sociais**, que versa sobre as condições físicas e estruturas de apoio aos conselhos de direito (CMDCA)
109 e/ou tutelares como complemento as ações contidas no plano. O senhor Trajano comenta sobre o conteúdo das
110 planilhas observando que as pessoas escrevem bastante, mas muitas vezes acabam fugindo do objetivo
111 primordial e quis saber se as mesmas eram padronizadas pela Abrinq. A senhora Maria do Carmo esclareceu que
112 a planilha utilizada é o modelo apresentado pela Fundação Abrinq para todos os municípios, sendo atualizada em
113 2022 com os itens: prioridade e meta ODS associada e *status* das ações desenvolvidas. Esclareceu ainda que
114 Santos se encontra em fase de correção da revisão final do plano de dez anos, com validade até 2024. Nessas
115 planilhas/matrizes não constam valores orçamentários. A parte financeira é apresentada no orçamento criança
116 na função e subfunção por meio do OCA Assistência, OCA Saúde e OCA Educação. Os dados financeiros do
117 município são respondidos todo ano diretamente na plataforma da Fundação. O senhor Trajano observa que em
118 uma das planilhas (saúde) diz que foi construída uma unidade, a construção dessa unidade com fisioterapeuta

119 teve um custo e tem um custo mensal. Seria interessante colocar na planilha os valores utilizados. A senhora
120 Maria do Carmo diz que a ideia era que fosse realmente o GEOP que associasse a meta ao gasto em relação
121 àquele problema/ação/meta apontado no orçamento. O senhor Trajano comenta outro exemplo mostrado no
122 primeiro quadro onde mostra que a meta atingiu 95% das crianças atendidas na educação e para chegar nesses
123 95% tem um valor financeiro. O ideal, seria acrescentar uma linha embaixo nessa planilha que mostre o custo
124 para atingir os 95%, que seria de 3 milhões, à época. Sendo incluso o valor referente a porcentagem, quando
125 chegar no preenchimento da planilha orçamentária, aquele valor estará lá e ficaria muito mais fácil saber de
126 onde foi computado. O senhor Fábio Malacarne pediu fala, trazendo a consideração que, às vezes, para atingir o
127 objetivo em porcentual, não sempre significa aumentar custos, mas mudar algumas atitudes, algumas posturas,
128 também ajudam a chegar em meta. Mas, o Sr. Trajano informa que se você não colocar o custo do profissional
129 que está executando esse trabalho, pode dar a impressão que não houve gastos e que colocar custos é muito
130 importante. A senhora Anunciação, representante da Saúde, destaca que a saúde trabalha muito com educação
131 permanente em saúde, a educação permanente ou a capacitação é feita pelos próprios profissionais da
132 secretaria, então por exemplo, ao fazer uma capacitação teria que lançar o valor de salário/dia nesse
133 orçamento? O senhor Trajano explica que se você está usando os serviços do funcionário para desenvolver o
134 programa, entende que isso tem que aparecer, porque se não vai dar a impressão de que a prefeitura não gastou
135 nada e na realidade ela está gastando com seu profissional. A senhora Maria do Carmo lembra que a ideia (do
136 departamento) era essa, quando se fez, anteriormente, uma conversa com o Sr. Plínio (Secretaria de Gestão) e
137 Sr. Rossati (Secretaria de Finanças) por causa da dificuldade de filtrar essas informações, quando em buscas
138 internas no sistema. O senhor Robson explica que a Abrinq pede em questão orçamentária é o detalhamento de
139 função (programa) e subfunção (ação), que vão sendo desmembradas respectivamente. Um modelo bom é o de
140 Belo Horizonte onde eles conseguem detalhar melhor o programa (função) e ação (subfunção). Dando
141 continuidade, informou-se que além da matriz lógica preenchidos diretamente na plataforma, existem os dados
142 referentes aos Mapas 2023, que são os questionários de instrumentais. E como a cidade já participa desde a
143 primeira Edição, o que se faz é uma atualização dos dados dos questionários instrumentais, ou seja, uma
144 confirmação ou atualização daquilo que já está configurado. Explicou que o plano (PMIA) teve início em 2014 e
145 tem duração de dez anos (2024). Com adesão ao PPAC, o prefeito em exercício é avaliado através da agenda de
146 trabalho, pois o prefeito que iniciou/assinou o compromisso com o programa (PPAC), não o mesmo que finaliza.
147 **“A Agenda de Trabalho”**, é um instrumento afeto as três últimas edições, que está continuamente aberta para
148 preenchimento de ações ao longo dos anos e consiste em uma excelente oportunidade para o município
149 compartilhar com a Fundação Abrinq as principais ações realizadas na área da infância e adolescência ao longo
150 das gestões. Este documento é um guia e pode ser utilizado para replanejamento de várias ações como:
151 Campanhas, Semanas Temáticas e outras atividades a serem realizadas pelos agentes públicos dos setores
152 ligados à infância e adolescência de seu município. O propósito da Agenda de Trabalho é funcionar como um
153 repositório das ações de maior destaque, alcance ou que mais estejam alinhadas à proposta do Programa.
154 Ressaltou-se, que não é necessário registrar todas as ações desempenhadas no âmbito da infância e
155 adolescência, mas destacar aquelas mais relevantes e que evidenciem o resultado do esforço para a efetivação
156 das políticas do município, com destaque para as ações associadas ao Programa Prefeito Amigo da Criança, tais
157 como: - Gestão da política da infância e adolescência de maneira planejada e intersetorial; - Ampliação de
158 vagas/qualificação na educação infantil (sobretudo creches); Ampliação de equipamentos da rede de proteção
159 (Cras, Creas, CAPSi, creches, pré-escolas, maternidades, postos de saúde, conselhos tutelares); - Fortalecimento
160 e estruturação dos Conselhos de Direito e Tutelar; - Institucionalização da apuração do Orçamento Criança
161 Adolescente (via LOA, PPA, etc.); - Definição de fluxos para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de
162 violência; Ações de combate ao trabalho infantil; - Ações de promoção da saúde infantil e materna; -
163 Criação/estruturação de comitês de investigação de óbitos infantis / fetais / maternos; - Formação
164 inicial/continuada para profissionais da rede de proteção. Na gestão 2017-2021 o município não obteve o selo,
165 porém foi contemplado com a ação de boas práticas com o Programa Mãe Santista. Por meio desse programa
166 em 2022 o município foi convidado pela Fundação Abrinq para apresentar o Programa Mãe Santista
167 esclarecendo para os demais municípios, como Santos conseguiu reduzir para um dígito a mortalidade materno
168 infantil, passando de 13,6 em 2014, para 8,2 em 2019. A Coordenadora de Vigilância em Saúde Carolina Ozawa
169 fez a apresentação. O documento apresentado está disponível para *download no site* da fundação
170 <https://prefeito.org.br/biblioteca/37>. As observações que a fundação fez com relação aos dados de construção
171 da Matriz Lógica, foram feitas sobre as ações que o município tem que cumprir e não na elaboração de novas
172 ações. Mesmo sendo ações de obrigação cada secretaria cumpriu o que foi proposto tendo umas evoluído mais,
173 outras menos. Nesse sentido algumas ações/metasp estão concluídas e outras ainda por finalizar ou são ações
174 contínuas/permanentes. Terminada a apresentação da Matriz lógica, passou-se a apresentação dos dados do
175 Orçamento Criança e Adolescente (OCA). O senhor Robson inicia comentando haver pouco representante do
176 GEOP presentes, ele acredita que a ausência seja justificada pelo fato de todos estarem envolvidos com entrega do
177 orçamento de 2024. Alegou também que não poderia deixar de acontecer a reunião, pois precisa levar essas

178 informações para análise do CMDCA, como estamos agora, em relação as informações referentes ao exercício de
179 2022. Quanto à apuração do OCA 2023, ano base 2022 ainda está sendo concluída. Explicou que as respostas
180 referentes aos mapas vêm por meio de processos administrativos enviados as secretarias responsáveis, porque
181 havendo qualquer questionamento as secretarias estão cientes e possuem as informações para comparar ou
182 adequar. Falou sobre os mapas 2021/2022 ano base 2020/2021. Como havia falado, na tela da Abrinq, há
183 separação entre função, subfunção e o tipo de OCA, Educação, Saúde ou Assistência Social). O **OCA Saúde** teve
184 aumento de 17,91 de investimentos referentes ao ano de 2020/2022, isso é bom e positivo perante a Fundação.
185 Explicou nomenclaturas existentes no OCA: Valor orçado é o que foi planejado e valor liquidado é aquilo que
186 sabe que vai acontecer, então é o planejado e o executado. Explicou que OCA habitação e saneamento estão
187 dentro do OCA Saúde, sendo a secretaria de infraestrutura a responsável pelas informações, na infraestrutura
188 houve queda nos valores e por se tratar de obras não tem uma constância. **OCA Educação** tem quase 100% do
189 orçamento exclusivo para infância. Explicou o que é a nomenclatura OCA exclusivo e não exclusivo, que
190 aparecem no mapa. Não exclusivo é aquele que não investe diretamente na criança, mas sim na família inteira,
191 por isso configurado desta forma. Na educação também entra o Ensino de jovens e Adultos (EJA) no fundamental
192 II. Em comparação ao ano de 2020 o orçamento da cultura caiu. O senhor Fábio Malacarne esclareceu que em
193 2021 a cultura permaneceu fechada por um bom tempo, em razão da Pandemia de COVID-19, sendo o último
194 setor a voltar a ter pleno funcionamento, atendendo diretamente a população e que na época o orçamento foi
195 direcionado para a saúde. O senhor Robson pondera dizendo que os dados são referentes ao período pós-
196 pandemia e nesse sentido alguns valores estão em *superávit* e outros em baixa. E sobrando o dinheiro aplica-se
197 onde realmente está precisando. A senhora Maria do Carmo observa que aplicar o dinheiro no lugar onde está
198 precisando isenta a dotação orçamentária de ser específica para aquela ação porque se a ação é específica ela
199 não pode ser remanejada. Isso foi uma das explicações dada para que o orçamento não fosse tão detalhado e
200 específico. O senhor Trajano observou que na Cultura o valor orçado é de 120% em relação ao ano anterior havia
201 3 milhões, dobrou o valor e liquidou 10 milhões. Gastou mais do que estava orçado. O senhor Fábio Malacarne
202 relembra que a base de referência usada é o ano base 2021/2020. Em 2020 o orçamento da secretaria de cultura
203 era maior, porém foi retirado e repassado à secretaria de saúde. Em 2021 quando a secretaria de cultura
204 retomou as atividades teve um orçamento ainda mais tímido porque as atividades começaram no final do ano.
205 Houve, praticamente, atividade de outubro a dezembro, por isso a disparidade. O senhor Trajano contra-
206 argumenta dizendo que liquidou 10 milhões de restos a pagar que não estava orçado e todo o dinheiro ainda
207 representa 74% menor do que o ano anterior, os percentuais e os números estão diferentes. O senhor Fábio
208 Malacarne esclareceu que são as manutenções e outras várias coisas existentes. O senhor Trajano explicou que é
209 somente um comentário a respeito porque quem olha e não está familiarizado e vai precisar de explicações dos
210 números que foram apresentados, com uma análise mais detalhada para saber como é que se chegou aos
211 valores. O senhor Trajano deixa claro que não está dizendo que está errado, mas por exemplo, quando as
212 empresas fazem um balanço e o número fica diferente, coloca-se uma nota explicativa em baixo, aqui no caso
213 por exemplo, detalhar que tantos milhões foram remanejados para a saúde durante a pandemia. A senhora
214 Maria do Carmo relembra que na plataforma é digitado o valor direto não havendo espaço para inserir
215 justificativas. O senhor Robson concorda com a observação do senhor Trajano, dizendo que apenas os números
216 são apresentados à Fundação Abrinq através da digitação na plataforma e isso muitas vezes causa diferentes
217 análises sem saber a justa causa. O senhor Robson retoma a apresentação - **OCA Proteção** teve altas e baixas, e
218 os 114% orçado são valores dos Fundos dos Conselhos, e não teve muito aporte financeiro. **OCA Gabinete o**
219 **Prefeito Municipal (GPM)** é referente ao Fundo Social Solidariedade que possui uma função e subfunção
220 exclusiva para criança. **Dados gerais e consolidado geral** o valor orçado no município foi de 2,954 bilhões, o
221 liquidado foi 2, 995 bilhões. E o total do orçamento criança é uma parte do orçamento total do município, o que
222 equivale a 827, 823 milhões do valor liquidado. OCA Saúde exclusivo diretamente com criança 432 mil, não
223 exclusivo, é aquele que trabalha com toda a família, deu 154 milhões 338mil e 997. O valor liquidado desse
224 exclusivo deu 105 mil ficando abaixo do que o planejado. Para se chegar ao valor que possivelmente foi orçado
225 com criança e adolescente, usa-se o Índice de proporcionalidade, 0,22. O índice de proporcionalidade é
226 estabelecido pela Fundação Abrinq, levando-se em conta o número de habitantes da cidade. No consolidado
227 geral apresenta os valores da OCA saúde, proteção (assistência) e educação nesses dados o valor não exclusivo
228 orçado houve uma pequena queda na saúde e proteção. O senhor Trajano comenta que no valor liquidado per
229 capita, população 95 mil, 305 pessoas. A saúde gastou 1(um) real por jovem em crianças e adolescentes,
230 comparando com os outros, o não exclusivo gastou 1988, ou seja, gastou com a família inteira. Comparando as
231 demais planilhas gastou seis mil reais na educação, na proteção 39 reais. A saúde foi a que menos gastou, um
232 real, per capita por jovem/criança e adolescente. O senhor Robson explica que orçamento da saúde não é
233 totalmente exclusivo com criança, pois é diferente da Educação que a grande massa/gasto é com criança, por
234 isso o OCA não exclusivo cuida mais da família saindo o valor per capita por criança. A senhora Anunciação
235 observa que, por exemplo, o saneamento e habitação colocado na saúde não é específico para criança, pois
236 atende a família, mas realmente um real e dez (1,10) é surpreendente. O senhor Trajano argumenta que

237 mostramos que teve um índice excedente na redução da mortalidade infantil, isso é com criança de 0 a 3 anos
238 Ele não gastou nada com isso? Mostra o resultado de um lado e depois tira. Como conseguiu esse resultado, se
239 não houve gastos? A senhora Anunciação comenta que possivelmente seja isso uma das inconsistências no
240 lançamento de valores para criança. Talvez na saúde tenha que ser revisto o que é somente gasto com criança. A
241 senhora Anunciação enfatiza que, no caso da saúde quando você tem assistência hospitalar, ambulatório não é
242 exclusiva. Não temos, hoje, nenhum hospital público que atenda somente criança. Lembrou que a atenção
243 básica, agora chama-se de atenção primária e não é exclusiva da criança, é para a família. O senhor Robson
244 esclarece que é por essa razão que programa (função) e ação (subfunção) devem ser detalhados, pois se
245 estiverem detalhados, é possível separar, gastos exclusivos e não exclusivos. Sem detalhamento, ficam
246 incompreensíveis algumas inserções, porque não tem orçamento específico. Em seguida foi feita a leitura da
247 devolutiva 2022 da Fundação Abrinq com relação aos mapas publicados nas plataformas e disponíveis para
248 consultas, obedecendo-se a questão da transparência e publicização,
249 https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/devolutiva_matriz_logica_mapa_pmia_2022.pdf.
250 Com relação a matriz lógica foi explicado que ela foi feita sobre situações que já são de obrigação do município
251 cumprir e não houve acréscimo de novas ações específicas para criança e adolescente. O senhor Trajano falou
252 dos itens de obrigação de cumprir do município se, por exemplo, temos um que cumpriu 50% e melhora esse
253 atendimento de 50% para 80%. Essa evolução que teve desse item, por ser obrigatório, não é avaliada? A
254 senhora Maria do Carmo esclareceu que os itens são avaliados, porém o município não apresentou ações
255 novas/inovadoras. Terminou-se, enfatizando que, de maneira geral a participação no programa é algo bom para
256 o município porque mesmo sendo as políticas de obrigação, permite-nos maior clareza de execução e evolução
257 na resolução dos problemas apresentados/apontados. Fica anexa a essa ata a matriz logica e dados do OCA
258 apresentado, para melhor compreensão. Sem mais questionamentos deu-se por encerrada a reunião às 11h 20
259 minutos. Santos, 05 de setembro de 2023.

260
261
262 **SUZETE FAUSTINA DOS SANTOS**

263 Chefe de Departamento de Cidadania e dos Direitos Humanos

264 (Assinado no original)



PREFEITURA DE Santos

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

7	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Educação - SEDUC
	ÁREA TEMÁTICA:	Educação de qualidade
	SUBTEMA:	Educação Infantil (Creche)
	PROBLEMA CENTRAL:	Número insuficiente de vagas para atendimento Educação Infantil (0 a 3 anos) em tempo Integral .
	OBJETIVO DE IMPACTO:	Ampliar o número de vagas para crianças de 0 a 3 anos garantindo o acesso à creches, mesmo sendo matrícula opcional.
	PRIORIDADE:	Exemplo (Alta, Media, Baixa)
	ODS associado:	 Educação de qualidade

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADAS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Diminuir o deficit de 11,49% para 5,74%, com ampliação de 50% do atendimento em período integral em creches, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Histórico: 2014 nº total de vagas = 8005 nº vagas em Período Integral = 6892 (86,10%) 2015 nº total de vagas = 8160 nº de vagas Em período integral = 7138 (87,48%) 2016 nº total de vagas = 8.488 nº de vagas em período integral = 7.250 vagas (85,41%) 2017 nº total de vagas = 8.367 nº de vagas em período integral = 7.285 vagas (87,70%) 2018 nº total de vagas = 8.415 nº de vagas em período integral = 7.277 vagas (86,48%) 2019 nº total de vagas = 8.610 nº de vagas em período Integral = 7.621 Vagas (88,51%). 2022 nº total de vagas 8.370 nº vagas em período integral = 7.747 vagas (92,56%).</p>	<p>1. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</p> <p>2. Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário</p> <p>4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável</p> <p>4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos</p>	<p>Número de creches construídas até o fim da vigência do plano.</p> <p>Número de convênios firmados com entidades do terceiro setor</p> <p>Com finalidades de aprendizagem e Desenvolvimento De crianças de 0 a 3 anos.</p>	<p>Inep – Censo Escolar (http://www.inep.gov.br); Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (https://ibge.gov.br); Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos) (https://sed.educacao.sp.gov.br) Sistema Integrado de Gestão Escolar (Siges) – (https://egov.santos.sp.gov.br/siges); Detalhamento no Plano Plurianual (PPA) – portal da transparência do município; Detalhamento na Lei Orçamentária Anua (LDO) – portal da transparência do município; Detalhamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) – portal da Transparência do município.</p>	<p>Construir creches. Entre 2017 e 2018, já foram entregues 3 creches, sendo que entre novembro de 2019 até o início de 2020, serão entregues mais três Unidades Municipais de Educação para atendimento da Educação Infantil em Período integral (Jabaquara, Morro da Penha, Morro do São Bento). Até o final de 2020, serão entregues mais duas que já estão em construção. Foram entregues as UMES Jabaquara, São Bento, Penha e as UMES Piratininga e Caruara.</p>	Concluído	11/12/14	21/02/20	<p>Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC).</p> <p>Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (Deafin). Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (Deafin) administrado na Secretaria de Educação.</p>	Secretaria Municipal de Educação (Seduc).	<p>Secretaria Municipal de Educação (Seduc); Secretaria Municipal de Finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Seserp); Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (Sied); empresas particulares.</p>
				<p>Ampliar convênios com o terceiro Setor. Diante da pandemia, e a consequente diminuição no número de matriculados, não foi necessária a ampliação dos convênios.</p>	Qual é o status?	11/12/14	11/12/24	<p>Fonte 1- Departamento de Administração, Finanças e Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação.</p>	Gabinete da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)	<p>Departamento de Planejamento (DEPLAN); Departamento Pedagógico (DEPED); Coordenadoria de Supervisão (COSUP); Departamento de Administração, Finanças e Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação.</p>



PREFEITURA DE
Santos

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

8

ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Educação - SEDUC
ÁREA TEMÁTICA:	Educação de qualidade
SUBTEMA:	Educação Infantil (pré-escola)
PROBLEMA CENTRAL :	Número insuficiente de vagas em tempo integral nas escolas de educação infantil para crianças de 4 a 5 anos nas áreas da zona Noroeste, Morros e Caruara.
OBJETIVO DE IMPACTO :	Ampliar, progressivamente, o número de vagas em escola de tempo integral para a faixa etária de 4 a 5 anos.
PRIORIDADE:	Exemplo (Alta, Média, Baixa)
ODS associado:	 Educação de qualidade

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADAS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Ampliar em 48,79% o número de vagas na educação infantil (4 -5) em tempo integral nos territórios, Caruara, Zona Noroeste e Morros, até o final da vigência do plano em 2024. Histórico: 2014 nº total de vagas = 2804 nº vagas para os territórios em tela = 593 vagas (21,15%) 2015 nº total de vagas = 2492 nº de vagas para os territórios em tela = 438 vagas (17,58%) 2016 nº total de vagas = 20571 nº de vagas nos territórios em tela - 477 vagas (18,55%) 2017 nº total de vagas – 3.774 nº de vagas nos territórios em tela = 608 vagas (16,11%) 2018 nº total de vagas = 3063 nº de vagas nos territórios em tela = 689 vagas (22,49%) 2019 nº total de vagas = 3386 nº de vagas nos territórios em Tela = 910 vagas (26,88%). 2022 nº total de vagas = 4.006 nº vagas nos territórios em tela = 1.142 vagas (28,51%).</p>	<p>1. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes 2. Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos</p>	<p>Número de vagas ofertadas x por Números de alunos matriculados ao longo dos 10 anos de vigência do plano, tantos pelas Unidades Municipais de Educação (UMEs), quanto pelas entidades Subvencionadas.</p>	<p>Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos)- https://sed.educacao.sp.Gov.br Qedu(https://www.qedu.org.br) Inep – Censo Escolar (http://www.inep.gov.br) Sistema Integrado de Gestão Escolar (Siges) – (https://egov.santos.sp.Gov.br/siges)</p>	<p>Construir e/ou readequar espaços escolares para atendimento da demanda nas unidades já existentes para o atendimento Em tempo Integral.</p>	<p>Qual é o status?</p>	<p>11/12/14</p>	<p>11/12/24</p>	<p>Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro de Infraestrutura (DAEFIN) - Secretaria Municipal de Educação. Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Financeiro e de Infraestrutura/DAEFIN.</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação (Seduc); Secretaria Municipal de finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Seserp); Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SIEDI) e Iniciativa privada.</p>

ÁREAS TEMÁTICAS (Educação de qualidade) 8) Educação Infantil (pré-escola) - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq.



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

10

ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Educação - SEDUC
ÁREA TEMÁTICA:	Educação de qualidade
SUBTEMA:	Educação Infantil (pré-escola)
PROBLEMA CENTRAL :	Baixa proficiência de conhecimentos necessários em Matemática e LP, segundo IDEB 2017, em especial no 9º ano, para acompanhar e assimilar as aprendizagens previstas para os anos posteriores e prosseguimento dos estudos com êxito.
OBJETIVO DE IMPACTO :	No mínimo, atingir a meta prevista para o IDEB 2019, que é de 5,8.
PRIORIDADE:	Exemplo (Alta, Média, Baixa)
ODS associado:	 Educação de qualidade

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Atingir a meta prevista para o IDEB em 2019, que é de 5,8 e atualmente está em 5,0 (ano de referência 2017), segundo dados QEDU e/ou INEP, almejando atingir a proporção de 70% de alunos que devem aprender estabelecida pelo Movimento Todos Pela Educação, até 2022. Devido à pandemia em 2020, cujos impactos diretos perduraram ainda no início do ano letivo de 2021, não conseguimos atingir a meta prevista.</p>	<p>4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. 6. Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. 7. Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. 4.A Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos –10.3 Garantir a qualidade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito—Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (13)—16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis</p>	<p>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).</p>	<p>Inep/Saeb - Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/consulta-ideb Dados QEDU - https://www.qedu.org.br</p>	<p>Identificar Processos de formação continuada dos docentes, com vistas a reciclagem, Trocas de Aprendizagens e saberes.</p>	(Não foi indicado em 2022)	01/08/13	11/12/24	Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).	Departamento Pedagógico (DEPED)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Serviço Social do Comércio (SESC), Centro Social Marista Lar Feliz (Grupo Marista) Organização para a Educação Pré-Escolar (OMEPE), Universidades locais, Departamento de Planejamento (DEPLAN), Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).
				<p>Implantar o Currículo Santista à luz dos documentos Homologados BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e Currículo Paulista.</p>	(Não foi indicado em 2022)	12/02/18	03/02/20	Nada consta. Não houve necessidade de aporte financeiro para elaborar o "novo" currículo. Foi uma análise pedagógica feita a partir de proposta e estudos do Departamento Pedagógico (DEPED), com a participação dos demais setores com o Vile Pedagógico da Secretaria de Educação: DEPLAN (Departamento de Planejamento), COSUP (Coordenadoria de Supervisão).	Departamento Pedagógico (DEPED)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Coordenadoria de Supervisão (COSUP), Departamento de Planejamento (DEPLAN)/ Secretaria Municipal de Educação.
				<p>Garantir escolas com infraestruturas Adequadas, possibilitando Espaços de aprendizagem Diversificados e Motivadores.</p>	(Não foi indicado em 2022)	01/02/18	12/12/22	Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Educação. Fonte 6 - Setor de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e de Compensatórias (TRIMAC). Fonte 5 - Recursos Federais - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN).	Departamento Administrativo Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SEID), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEURB), Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), Gabinete do Prefeito Municipal (GPM), Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESERP), Empresas parceiras.
				<p>Intensificar o Projeto Estratégico de Ação (PEA) com vistas a minimizar os impactos da pandemia no processo educativo e iniciar a recomposição das aprendizagens discentes.</p>	(Não foi indicado em 2022)	04/02/21	11/03/21	Fonte 1 - Secretaria Municipal de Educação.	Departamento Pedagógico (DEPED)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Secretaria Municipal de Educação.
				<p>Implantação do Programa Conecta Educador, com vistas à concessão de auxílio financeiro aos profissionais da rede municipal de ensino para aquisição de computador ou tablet.</p>	(Não foi indicado em 2022)	11/12/20	06/04/21	Dotações orçamentárias próprias da SEDUC.	Secretaria Municipal de Educação (Comissão interna instituída).	Secretaria Municipal de Gestão e Secretaria Municipal de Finanças.
				<p>Implementar o Plano de Recomposição das Aprendizagens, que contempla a oferta do PEA, na modalidade de bico-cêntrica, isto é, com mais 1 professor em classe: o programa federal Tempo de Aprender (exclusivo para 1ª e 2ª ano); e os Quintais de Aprendizagem, cuja proposta prevê o reagrupamentos por níveis de proficiência, visando a construção dos saberes necessários ao pleno desenvolvimento discente.</p>	(Não foi indicado em 2022)	03/01/22	01/12/22	Fonte 1 - Secretaria Municipal de Educação.	Departamento Pedagógico (DEPED)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).	Secretaria Municipal de Educação.



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

21

ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Educação - SEDUC
ÁREA TEMÁTICA:	Educação de qualidade
SUBTEMA:	Mais de uma área - Educação <i>(essa subtema não consta na tabela do anexo 3 devido atualização, porém manter os dados enviados na revisado em 2019 e 2022 à fundação Abrinq)</i>
PROBLEMA CENTRAL:	Necessidade de ampliação de vagas na educação integral, para o ensino fundamental I e II.
OBJETIVO DE IMPACTO:	Ampliar o número de vagas oferecidas de modo a garantir a permanência do aluno do Fundamental I e II, em tempo integral.
PRIORIDADE:	Exemplo (Alta, Média, Baixa)
ODS associado:	 Educação de qualidade

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Ampliar em 29,51% o número de vagas para atendimento em tempo integral na demanda de Ensino Fundamental I e II, elevando o atendimento de 6312(2019) para 8175(até 2024). Este valor corresponderá a 42% do atendimento na rede municipal que hoje é de 19.464 alunos; Histórico: 2014 – 6.454 alunos atendidos – 33,56% 2015 - 6.012 alunos atendidos – 31,10% 2016 - 6.263 alunos atendidos – 32,29% 2017 - 7.781 alunos atendidos – 39,22% 2018 - 6.334 alunos atendidos – 31,31% 2019 - 6.312 alunos atendidos – 32,43% 2022 - 6.580 alunos atendidos - 33,73% Em 2020, devido à pandemia e ao ensino exclusivamente remoto, os esforços concentraram-se na manutenção, tanto da qualidade da oferta da educação integral quanto da quantidade de alunos atendidos. Em 2021, com o retorno paulatino do ensino presencial, as ações inicialmente caminharam no sentido de assegurar a qualidade e a quantidade do atendimento, mas já houve novas ações visando à ampliação da oferta - novo núcleo Jabaquara, que atende alunos das UMEs Theresinha Pimentel e Rubens Lara, e mesmo estudos para transformar UME José Bonifácio em híbrida. Em 2022, a UME José Bonifácio tornou-se híbrida, passando a atender 60 novos alunos na ampliação da jornada; o núcleo Jabaquara ampliou atendimento para 100 novos alunos; iniciou-se o estudo para, em 2023, a UME José Genésio tornar-se híbrida.</p>	<p>1. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</p> <p>2. Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário</p> <p>4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável</p> <p>4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos</p>	<p>Número de escolas adaptadas para atendimento à demanda. Números de escolas construídas possibilitando o atendimento da demanda sem que se diminua a disponibilização de vagas.</p> <p>Número de parcerias com instituições (Organização da Sociedade Civil - OSC) e equipamentos públicos (Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Cultura).</p>	<p>Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos) https://sed.educacao.sp.gov.br/inep – Censo Escolar (http://www.inep.gov.br) Qedu (https://www.qedu.org.br) Sistema Integrado De Gestão Escolar (SIGES)/ Departamento de Planejamento (DEPLAN)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).</p>	<p>Adequar escolas para atendimento em período integral.</p> <p>Qual é o status?</p>	11/12/14	11/12/24	<p>Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado Na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura. Fonte 6- Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ ou Compensatórias (TRIMMC)</p>	Secretaria Municipal de Educação	Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Secretaria Municipal de Finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedurb); Secretaria de Infraestrutura e Edificações (Siedj); Secretaria Municipal de Esportes (Semes); Secretaria Municipal de Cultura (Secult); Iniciativa Privada.	
				<p>Construir escolas para atendimento em período integral. Em 2019, previsão de inauguração de 3 unidades de educação. Sendo uma de Ensino Fundamental a inaugurar em 23 de novembro de 2019, com oferta de 230 vagas em período integral (UME JABAQUARA OK) e duas outras até janeiro de 2020 que atenderam Educação Infantil (Penha e São Bento).</p>	(Não foi indicado em 2022)	11/12/14	28/06/21	<p>Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação De medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura.</p>	Secretaria Municipal de Educação	Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDURB); Secretaria de Infraestrutura e Edificações (SIEDI); Iniciativa Privada.
				<p>Ampliar atendimento em período integral através da utilização de espaços de outras Secretarias (Esporte ou Cultura) visando o contrato escolar e/ou com Organizações da Sociedade Civil (OSC) que ofertem vagas em período integral.</p>	(Não foi indicado em 2022)	01/08/16	11/12/24	<p>Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura. Fonte 6- Termo de Responsabilidade De Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRIMMC).</p>	Gabinete da Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Esportes (SEMES); Secretaria Municipal de Cultura (SECULT).



PREFEITURA DE
Santos

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

14	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Esportes - SEMES
	ÁREA TEMÁTICA:	Educação de qualidade
	SUBTEMA:	Esporte e Lazer
	PROBLEMA CENTRAL :	Baixa oferta ou nenhuma, de atividades esportivas e/ou lazer mensal, 04 à 18 anos, em territórios de alta vulnerabilidade. Atualmente são 07 territórios nesta classificação, 03 são atendidos com Poliesportivos ou Vilas Criativas.
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Aumentar a oferta de projetos/programas/ações voltados para atividades esportivas e lazer, nas áreas classificadas como de alta vulnerabilidade.
	PRIORIDADE:	Média
	ODS associado:	 3 SAÚDE E BEM-ESTAR Saúde e Bem-Estar

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Realizar estudo para avaliar a retomada na participação em ações que envolvem outras Secretarias no que diz respeito aos atendimentos nos territórios de alta vulnerabilidade social (Piratininga, São Manoel, Rádio Clube, Saboó, Morros, Vila Nova e Paquetá), para assim aumentar a participação nessas áreas em questão. Além das atividades ordinárias, há atualmente mais atividades esportivas apoiadas nesses locais (4 em 2022, e 3 em 2019), porém sem aumento na cobertura de bairros nessas condições.	3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	Número de ações ofertadas nas áreas em questão. -Índice de interesse e participação de crianças e adolescentes nas atividades de esporte e Lazer oferecidas.	Verificação do cumprimento do cronograma através de relatório com registros fotográficos, relatório de Atividade e escritos Tabulados, das participações e atividades ofertadas. -Lista de Participação. - Publicações de Reportagens sobre as atividades (antes ou depois) no Diário Oficial e/ou outros meios de comunicação.	Realizar estudo para verificar a viabilidade de atendimento nos locais em questão: I) seja através de apoio; II) seja em conjunto com outras Secretarias; III) seja implementando atividades ordinárias; IV) seja através de atividades itinerantes.	Em análise	01/02/17	11/12/24	Fonte 1 - Departamento de Atividades e Eventos Esportivos-DEATIV/Secretaria Municipal de Esportes Fonte 6- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).	Secretaria Municipal de Esportes	Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS), Conselho Municipal de Esportes (CME), Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CMDCA), Fundo Municipal das Crianças e do Adolescente (FMDCA), Ministério Público - Promotoria da Vara da Infância e da Juventude; Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo/SETTAPORT. Organizações da Sociedade Civil. Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).
Retomar as atividades itinerantes em áreas de alta vulnerabilidade social*, segundo o Índice Paulista (IPVS) de Vulnerabilidade Social, que não recebem atividades ordinárias de Esporte ou Lazer https://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf	3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	Cumprimento de cronograma mensal. - Índice de Participação da comunidade para faixa Etária proposta.	Verificação do cumprimento do cronograma através de relatório com registros Fotográficos, relatório de atividade e escritos tabulados, das participações e atividades Ofertadas. - Lista de participação. - Publicações de reportagens sobre as atividades (antes ou depois) no Diário Oficial e/ou outros meios de comunicação.	Elaborar Cronograma, mensal, para atuação com ruas de lazer nestes Territórios.	Em análise	30/11/22	10/12/24	Fonte 1- Departamento de Atividades e Eventos Esportivos (DEATIV)/Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).	Gabinete da Secretaria Municipal de Esportes Seção de Escolas de Monitoria de Lazer Esportivo(SEMOL) Departamento de Atividades e Eventos (DEATIV)	Subprefeitura dos Morros(SupMorros) Companhia de Engenharia de Tráfego(CET) Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

ÁREAS TEMÁTICAS (Educação de qualidade) 14) Esporte e lazer - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq. 14) Esporte e lazer 4; 5; 11 4.7; 5.1; 5.c; 11.7

Foi realizado estudo para avaliar a retomada....? Quando retomou a atividade itinerante? Quantas crianças e adolescentes de 4 a 18 anos foram atendidos? Foi elaborado cronograma mensal para atendimento? Onde foi divulgado o cronograma mensal de atividades?



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

13	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Cultura - SECULT								
	ÁREA TEMÁTICA	Educação de qualidade								
	SUBTEMA:	Cultura								
	PROBLEMA CENTRAL :	Inexistência de vagas destinadas, caso haja demanda reprimida, exclusivamente para atendimento à adolescentes, cumprindo medidas socioeducativas								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Destinar 10% do total de vagas, em cada um dos diversos cursos oferecidos na Secretaria de Cultura, independente de modalidade, para atendimento à adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.								
	PRIORIDADE:	Alta								
	ODS associado:	 Educação de Qualidade;								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES RESULTADO	MEIOS VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES RECURSOS	RESPONSÁVEL	
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Reserva de 10% de vagas em cada um dos diversos cursos oferecidos pela Secretaria de Cultura, independente da Modalidade, para adolescentes cumprindo medidas Socioeducativas.	4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, da promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, e da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Quantidade de registros/ano de adolescentes Encaminhados.	Relatório/Planilha com a quantidade de encaminhamentos pela Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Coordenadoria de Proteção Social - Média Complexidade (COPROS-MC)/ Departamento de Proteção Social Especial (DEPROS -E)/ Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) e/ou requisitados Pelo Conselho Tutelar.	Capacitar agentes públicos culturais através de uma política pública que tenha por objetivo construir, junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, além de apropriados conceitos de vida, educação e comportamento, uma relação Sem estigmas, buscando o fortalecimento dos princípios de convivência social através das atividades culturais e auxiliando-o através do desenvolvimento de habilidades pessoais e culturais projetar meios de ressocialização prazerosa. O problema apontado já foi superado, com o atendimento de todas as demandas encaminhadas por funcionários ligados à SEDS, independente do período do ano. ** Observação: o problema apontado já foi superado, com o atendimento de todas as demandas encaminhadas por funcionários ligados à SEDS, independente do período do ano.**	Em andamento / ação contínua	18/11/22	11/12/24	Fonte 1- Departamento de Formação e Pesquisa Cultural (DEFORPEC)/Secretaria Municipal de Cultura	Departamento de Formação e Pesquisa Cultural (DEFORPEC)/ Secretaria Municipal de Cultura (SECULT).	Ministério Público (MP); Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Cultura (SECULT), Departamento de Proteção Social Especial (DEPROS-MC)/Coordenadoria de Proteção Social - Média Complexidade (COPROS-MC)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS), Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania.



PREFEITURA DE
Santos

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

23

ÓRGÃO IMPLEMENTADOR: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ÁREA TEMÁTICA: Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes

SUBTEMA: Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes

PROBLEMA CENTRAL: Baixa participação popular da Sociedade Civil nas assembleias/Fórum/Encontros promovidos pelo CMDCA/Santos.

OBJETIVO DE IMPACTO: Aumentar a participação popular da Sociedade Civil nos espaços de encontro promovidos pelo CMDCA/Santos

PRIORIDADE: Alta

ODS associado:



Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADAS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Aumentar para 11,5% a participação de pessoas da sociedade civil organizada ou não, entes públicos e privados, em relação a quantidade de 44 Conselheiros eleitos, bianualmente, para a composição do CMDCA, nas reuniões e afins, de modo a assegurar maior participação popular no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e consequentemente nos processos de formulação, questionamento, efetivação, controle, acompanhamento e avaliação das políticas públicas relacionadas ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Observa-se aumento significativo das participações dos conselheiros(as), assim como houve aumento expressivo na participação da sociedade civil, que não faz parte de nenhum conselho municipal.</p> <p>Adesão a modalidade de reuniões remotas/virtuais aumentou, aproximadamente, em 95% as participações nas reuniões de forma geral.</p>	<p>6. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis</p> <p>7. Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis</p> <p>8. Ampliar e fortalecer a participação dos países em instituições de governança global</p> <p>16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais</p>	<p>Índice de comparecimento e efetiva participação nas atividades propostas: reuniões, Conferências, simpósios, fóruns, assembleias, seminários.</p> <p>Participação em Questionamentos, alegações, argumentações, sugestão de tópicos para a formulação de propostas nas atividades colaborativas diversas (assembleias ordinárias, extraordinárias, fóruns, simpósios, conferências, seminários e afins). Participação efetiva da sociedade, através das instituições devidamente credenciadas, na elaboração apresentação e execução de projetos/programas que visem efetivar a garantia de direitos de crianças e adolescentes.</p>	<p>Anais de conferências, simpósios, fóruns, seminários, assembleias. Atas de reuniões de assembleias. Lista de presença.</p>	<p>Alimentar a página web do CMDCA.</p>	Ação contínua	06/09/19	11/12/24	<p>Fonte 1- Seção de Apoio Financeiro e Controle Orçamentário (SAFICO)/Secretaria Municipal de Governo (SEGOV). Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Seção de Apoio aos Fundos Municipais (SEAFUM).</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através de Deliberação em Assembleia.</p>	<p>Diretoria de Comunicação (DICOM); Departamento de Tecnologia (DETIC) - Secretaria Municipal de Gestão (SEGES); Ouvidoria, Transparência e Controle (OTC); Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA); Coordenadoria da Juventude (COJUV)/SEDES Seção de Participação Comunitária (SEPAKOM)/Departamento de Articulação (DEARTI) - Secretaria Municipal da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos (SEMULHER).</p>
				<p>Fomentar de forma constante e ininterrupta a Participação da população em instrumentos de Promoção da Cidadania: conferências, audiências públicas, Fóruns, oficinas, cursos, Seminários e afins.</p>	Ação contínua	16/08/17	12/12/24	<p>Fonte 1- Seção de Apoio Financeiro e Controle Orçamentário (SAFICO)/Secretaria Municipal de Governo (SEGOV). Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Seção de Apoio aos Fundos Municipais (SEAFUM).</p>	<p>Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).</p>	<p>Seção de Participação Comunitária (SEPAKOM)/Departamento de Articulação (DEARTI) da Secretaria Municipal da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos (SEMULHER). Coordenadoria da Juventude (COJUV)/Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS).</p>



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

12

ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Assistência Social - SEDS
ÁREA TEMÁTICA:	Proteção em situações de risco
SUBTEMA:	Iniciação profissional
PROBLEMA CENTRAL :	Baixo índice de preenchimento de cotas de aprendizagem para adolescentes, sendo que das 3.800 vagas apenas 1.800 estão ocupadas (RAIS, 2021). evidenciando a necessidade da inclusão produtiva de adolescentes, em especial em situação de vulnerabilidade.
OBJETIVO DE IMPACTO :	Aumento do preenchimento das cotas de aprendizagem, principalmente, por adolescentes em situação de vulnerabilidade social, visando o rompimento de ciclos de produção e reprodução de situações de pobreza.
PRIORIDADE:	Média
ODS associado:	    

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>1- Implementação do disposto no Decreto Municipal n.º 7.582, de 08 de novembro de 2016 (curto prazo: até 2023). 2 - Aumento em 30% da ocupação das vagas/cotas em programas de qualificação profissional Municipal para adolescentes (curto prazo: até o final de 2023). 3. Sensibilização das empresas com contrato vigente com a Prefeitura do Município de Santos para o preenchimento das cotas de aprendizagem. Para além da consequência direta das mortes e dos adoecimentos provocados, a pandemia de COVID-19 aprofundou o desemprego e a pobreza, resultando na redução das cotas de aprendizagem no município. Impacto da pandemia sobretudo entre as famílias já em situação de maior vulnerabilidade social. Esses fenômenos levaram os serviços socioassistenciais a alterarem suas práticas a fim de lidar com a realidade colocada, encontrando uma série de desafios em sua atuação. Esse contexto tornou ainda mais evidente a importância da Política de Assistência Social, enfatizando o caráter essencial dos seus serviços, programas e benefícios para a garantia de proteção às famílias, bem como a importante relação que ela estabelece na proximidade com as famílias em seus territórios.</p>	1.1; 1.2; 1.3; 4.3; 4.4; 4.5; 4.a; 8.6; 8.7; 10.1; 10.2; 10.3; 10.4; 16.2;	Aumento de Adolescentes inseridos no Mundo do trabalho e/ou qualificados para o primeiro emprego.	1 - Cotas aprendizagem ocupadas segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). 2 - Número de adolescentes encaminhados pelos serviços socioassistenciais ao Projeto Municipal de Aprendizagem e a programas de qualificação profissional municipal." http://smartlabbr.org/trabalhoinfantil/localidade/3548200?dimensao=aprendizagem .	Formalizar o Termo de Colaboração com Organização Social para execução do Projeto Municipal de Aprendizagem (Lei Municipal N.º 2.867, de 19/10/2012) e acompanhamento da Lei Federal 10.097/00, Lei de Aprendizagem e demais Legislações Vigentes.	1.Composição da Equipe técnica de referência - em andamento 2.Composição do Grupo Gestor - em andamento	19/10/12	19/10/23	Fonte 1 - Por meio da Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura - COAFI, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seus departamentos.	GABINETE Secretaria de Desenvolvimento Social (GAB-SEDS), Gabinete Secretaria de Finanças (GAB-SEFIN), Gabinete Secretaria de Gestão (GAB-SEGES), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Procuradoria Geral do Município (PROJUR), PROTRAB (Procuradoria Trabalhista do Município). Departamento de Empreendedorismo e Emprego (DEREEG)/Secretaria da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos/Secretaria de Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo/ Secretaria de Assuntos Portuários, Indústrias e Comércio (SAPIC).

ÁREAS TEMÁTICAS (Proteção em situações de risco) 12) Iniciação profissional - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq.



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

18

ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Assistência Social - SEDS
ÁREA TEMÁTICA:	Proteção em situações de risco
SUBTEMA:	Trabalho Infantil
PROBLEMA CENTRAL :	Aumento do índice de trabalho infantil, na faixa de 9 a 17 anos, cerca de 32% entre 2014 e 2019, em especial na Zona Leste e Noroeste, segundo dados obtidos CMPETI (Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil) e serviço de abordagem.
OBJETIVO DE IMPACTO :	Diminuição do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, objetivando a inserção em entidades qualificadoras (na condição de menor aprendiz), bem como permanência na Escola com sucesso para todos os identificados nesta condição.
PRIORIDADE:	Média
ODS associado:	       

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Reduzir em 60% o número de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade em situação de qualquer tipo de "ação" que possa ser considerado trabalho infantil, garantindo-lhes o direito inerente de pessoa em desenvolvimento, tanto na inclusão em Entidades Qualificadoras, cursos de menor aprendiz, quanto na permanência com sucesso na Escola. Em relação aos serviços voltados ao atendimento à população em situação de risco por ocorrência de violação de direitos, a equipe do Serviço de Abordagem Social voltada a crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil, continuado e presencial, permaneceu atuando durante toda o período da pandemia e percebeu o aumento de famílias em situação de rua ou com crianças em trabalho infantil em razão do empobrecimento da população.</p>	<p>1.1; 1.2; 1.3; 2.1; 2.2; 3.8; 4.1; 4.2; 4.a; 4.c; 5.1; 5.2; 8.6; 8.7; 10.1; 10.2; 10.3; 10.4; 16.2;</p>	<p>1- Mapeamento, identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil com encaminhamento para os serviços de rede socioassistencial e educacional de imediato. 2 - Redução significativa do índice de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil abordadas e encaminhadas para a rede de serviços socioassistenciais.</p>	<p>Registro Mensal de Atendimento - RMA. Número de notificações registradas pelo Serviço socioassistencial, abordagem e Conselhos Tutelares. Sistema Federal de Inspeção do Trabalho. MPT Digital - Sistema de acompanhamento do Ministério Público do Trabalho Número de Crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico Número de Denúncias.</p>	<p>Atualizar diagnóstico Municipal com mapeamento da demanda, com vistas a elaboração de perfil área e índice de crianças e Adolescentes diagnosticados, com vistas a articulação intersectorial com destaque para os eixos: I- Informação e Mobilização; II- Identificação; III- Defesa Responsabilização; IV- Proteção; V- Monitoramento.</p>	<p>1. Diagnóstico Socio territorial - concluído (2021) 2. Diagnóstico dos Direitos das Crianças e Adolescentes - Concluído (2022)</p>	<p>03/06/19</p>	<p>01/06/2021 01/06/2022</p>	<p>Fonte 1- Coordenadoria Administrativa e Financeira - COAFI/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS). Fonte 5 - Ministério de Desenvolvimento Social/Governo Federal. Fonte 6 - FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Fonte 2 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.</p>	<p>Departamento de Proteção Social Especial - (DEPROS-E)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS).</p>	<p>GAB-SEDS/Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS); Guarda Municipal de Santos/ Secretaria Municipal de Segurança (SESEG); SEPROJE (Seção de Projetos Especiais)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)/Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CM-PETI); Procuradoria Geral do Município (PROJUR).</p>
				<p>Ampliar a cobertura de serviço de abordagem social, por meio de aditamento do termo de colaboração vigente com a organização da Sociedade Civil que executa os serviços de abordagem Social.</p>	<p>1. Elaboração de Edital de chamamento público - em andamento</p>	<p>01/06/2022</p>	<p>31/12/2023</p>			

ÁREAS TEMÁTICAS (Proteção em situações de risco) 18) Trabalho Infantil - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq.



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

19

ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Assistência Social - SEDS
ÁREA TEMÁTICA:	Proteção em situações de risco
SUBTEMA:	Violência e exploração sexual de crianças e adolescentes
PROBLEMA CENTRAL :	Aumento em 16% de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre 2009 – 2018, mesmo com a dificuldade de identificação, denúncias e consequente inserção nos serviços ofertados pelas diferentes políticas públicas do Município.
OBJETIVO DE IMPACTO :	Diminuição do número de crianças e adolescentes em situação de violência e exploração sexual.
PRIORIDADE:	Média
ODS associado:	

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Redução de notificações de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes a Patamares Inferiores à 2009, que era de 95 contra 110 casos em 2017.	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 2.1; 2.2; 3.7; 3.8; 4.4; 4.5; 4.7; 5.1; 5.2; 8.6; 8.7; 10.1; 10.2; 10.3; 16.2;	1 – Número de situações mapeadas, por Meio de Diagnóstico Municipal. 2 - Razão entre o Número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (Sinan Net) e o número de situações Identificadas e Encaminhadas para a Rede de serviços (RMA). 3 - Razão entre o número de Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados no Sinan Net (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e o número de Ocorrências policiais registradas por mês na Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJU SANTOS)".	RMA - Registro Mensal de Atendimentos da Assistência Social; Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net; Dados estatísticos da Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJUR) Número de denúncias Aos órgãos Especializados, Incluindo Conselho Tutelar. Assistência Social; Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net; Dados estatísticos da Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJUR) Número de denúncias aos órgãos Especializados, Incluindo Conselho Tutelar.	Realizar Diagnóstico Municipal com foco Na construção coletiva do Diagnóstico Socioterritorial da criança e do adolescente de forma intersetorial ,com vistas a traçar perfis metodológicos que resultem em subsídios. As ações que mitiguem a temática evidenciada. Esta ação vem sendo subsidiada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), com tratativas Iniciadas em 2017. No ano de 2018/2019 ,foram feitas diversas formações com atores do Sistema de Garantia de Direitos e compilação de dados. Durante o ano de 2020, será a elaboração do diagnóstico propriamente dito.	1. Diagnóstico de Crianças e Adolescentes - concluído	20/04/17	01/11/22	Fonte 6 - Companhia Paulista De Força e Luz (CPFL).	Departamento de Proteção Social Especial - (DEPROS-E)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS).	Departamento de Proteção Social Básica (DEPROS-B), Seção de Projetos Educacionais (SEPROJE) da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (CEVISS) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Departamento de Atenção Básica (DEAEB) da Secretaria Municipal de Saúde.
				Reorganizar o Núcleo Integrado de Articulação e Atendimento a Crianças e Adolescentes (NIA-CA), em funcionamento desde agosto de 2018, que é um espaço de articulação e integração entre os serviços públicos que compõe a rede de garantia de direitos propriamente dita e demais serviços existentes na cidade que também são afetos às crianças e adolescentes.	concluído	20/05/2019	13/01/2020	Fonte 1 - Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura (COAFI) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS)	Coordenadoria da Juventude (COJUV)/Secretaria de Desenvolvimento Social.	Seção de Projetos Educacionais(SEPROJE)/ Secretaria Municipal de Educação(SEDUC); Coordenadoria de Saúde Mental (COS-Mental) por meio do PSE (Programa Saúde Na Escola)/ Secretaria Municipal de Saúde(SMS); Promotoria da Vara da Infância e Juventude do MPESP; Conselho Municipal dos Direitos de Criança e Adolescente (CMDCA); Secretaria de Desenvolvimento Social.
				Ampliar serviço de abordagem social, executado pelas Secretarias de Assistência Social e de Saúde, visando à identificação e vinculação das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, bem como a inserção destes nos diversos serviços de acompanhamento, fortalecimento, proteção, acolhimento, assistência, ofertados pelas diferentes políticas públicas vigentes no Município.	Elaboração do Edital de Chamamento Público da Assistência Social - em andamento	13/05/2019	11/12/2024	Fonte 1 - Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura (COAFI) da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) Fonte 6 -Fundo Municipal dos Direitos da Assistência Social (FMAS) administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.	Coordenadoria da Juventude (COJUV) /Secretaria de Desenvolvimento Social.	Departamento de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (DEPROS-B); Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Procuradoria Geral do Município (PROJUR); Gab-SEFIN (Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças).

ÁREAS TEMÁTICAS (Educação de qualidade) 19) Violência e exploração sexual de crianças e adolescentes - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

1	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Saúde - SMS	
	ÁREA TEMÁTICA:	Promoção de vidas saudáveis	
	SUBTEMA:	Atenção à saúde materna	
	PROBLEMA CENTRAL :	Coeficiente de mortalidade perinatal, maior que o preconizado pela Organização Mundial de Saúde(OMS), maior que 10, nos últimos cinco anos.	
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Diminuir o índice de mortalidade perinatal para 1 dígito a exemplo do coeficiente de mortalidade infantil	
	PRIORIDADE:	Alta	
	ODS associado:	 Fome Zero e Agricultura Sustentável;	 Saúde e Bem-Estar.

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Redução do coeficiente de mortalidade perinatal para valor menor que 10, a exemplo de coeficiente de mortalidade infantil (morte de crianças no primeiro ano de vida). Nos últimos 5 anos, estamos tendo uma redução do número absoluto de óbitos, porém o coeficiente, ainda vem oscilando: 2017 = 9,0, 2018 = 11,8, 2019 = 10,3, 2020 = 7,8, 2021 = 10, 2022 = 8,0 e parcial de 2023 (em 15/08/2022) = 8,0. Esse ano de 2023, estamos mantendo com um unico dígito, assim como em 2017, 2020, 2022.</p>	2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais; 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos; 3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar; 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais; 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços.	Coeficiente de mortalidade infantil para valor menor que 10.	Coeficiente de Mortalidade Infantil. Dados do Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Declaração de Nascimento/DN; SINASC; e Declaração de Óbito/DO: SIM. (dados dos bancs federais em 15/08/2023)	Continuidade do Programa Mãe Santista criado em 2013 (captação precoce da gestante, oferta de consultas, exames, medicações, Plano de Parto, Acolhimento hospitalar humanizado. Médicos ginecologistas apoiadores). Escolas das Mães (criado em 2016, como um projeto dentro do Programa "Mãe Santista" (pré natal ampliado, com a participação da gestante e familiares com orientações sobre autocuidado, cuidado com o bebê, planejamento reprodutivo, direitos da gestante e puerpera, parto, amamentação, etc). além do Programa Recém-nascido de Risco com a captação precoce dos bebes ainda nas maternidades, marcação de consulta dentro dos 10 primeiros dias de vida e vigilância durante os primeiros meses de vida.	em andamento	10/05/13	11/12/24	Departamento Administrativo e de Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Secretaria Estadual de Saúde. Ministério da Saúde.	Programa Mãe Santista - Departamento de Atenção Básica (DEAB), Departamento de Atenção Especializada (DEAESP), Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS) da Secretaria Municipal de Saúde; Programa Recém-nascido de Risco - Departamento de Vigilância em Saúde (seção SEVIG-MMI)/Gabinete Prefeito. Escola de Mães - Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde.	Unidades Básicas de Saúde; Hospitais públicos e privados; Fundo Social de Solidariedade; Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

ÁREAS TEMÁTICAS (Promoção de vidas saudáveis) 1) Atenção à saúde materna - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total nascidos vivos	4973	5104	4884	4512	4767	4559	4359	4084	3883	3754	2372
total de óbitos < 1 ano	60	70	52	60	43	54	45	32	39	30	19
CMI	12	13,7	11,5	13,3	9	11,8	10,3	7,8	10	8	8



PREFEITURA DE
Santos

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

3	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Saúde - SMS								
	ÁREA TEMÁTICA:	Promoção de vidas saudáveis								
	SUBTEMA:	Atenção à saúde da criança								
	PROBLEMA CENTRAL :	Deficiência no atendimento, específico, para diabéticos tipo I (DMI), tanto estrutural quanto profissional, visto que a doença aparece, geralmente, na infância ou adolescência e ante o aumento crescente de afetados.								
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Melhorar o atendimento estrutural e multiprofissional, específico, para diabéticos tipo I e seus familiares, de modo que ambos possam assumir o que lhes cabe nos cuidados, diariamente, necessários com maior confiança e autonomia.								
	PRIORIDADE:	Alta								
	ODS associado:	 3 SAÚDE E BEM-ESTAR Saúde e Bem-Estar.								
RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
Melhoria em 70% da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Estamos com ambulatório funcionando: Centro de Referência do DM1 tinha em 2022: 57 pessoas cadastradas entre 12 e 18 anos (no total de 220 pessoas) com DM1 e agora em 15/08/2023 temos 94 adolescentes entre 12 e 18 anos (de um total de 276). Equipe multidisciplinar: 1 endócrino ped, 2 endócrino clínico, 1 nutricionista, 1 psicólogo, 1 enfermeira.	3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	Número de diagnósticos (número de diagnósticos gerados na população entre 15 e 18 anos/número de adolescentes cadastrados no centro de referência para DM I por ano X 100).	Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG), Sistema Integra e Sistema de Atenção Básica (SISAB), Departamento de Regulação (DEREG) - Secretaria Municipal de Saúde/SMS.	Instalar o Centro de Referência em Diabetes tipo I com atendimento multidisciplinar (psicólogo, endócrino, educador físico, enfermeira e nutricionista), que funcionará no Ambulatório Municipal de Especialidades, -----Capacitar, permanentemente, profissionais de saúde pública, com uma maior padronização no tratamento para o controle/acompanha mento De diabéticos do tipo I.	concluído / continua	01/11/2020 ----- 01/08/2017	11/12/2024 ----- 11/12/2024	Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde.	Departamento de Atenção Especializado (DEAESP)/Secretaria Municipal de Saúde(SMS)	Departamento de Atenção Básica(DEAB); Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS)/ AMBESP - Ambulatório Municipal de Especialidades/

ÁREAS TEMÁTICAS (Promoção de vidas saudáveis) 3) Atenção à saúde da criança - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq.



PREFEITURA DE Santos

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

4	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Saúde - SMS
	ÁREA TEMÁTICA:	Promoção de vidas saudáveis
	SUBTEMA:	Atenção à saúde do adolescente
	PROBLEMA CENTRAL :	Baixa adesão as duas doses de vacinação necessária, contra o Human Papiloma Virus-HPV, que desde 2014 quando começou a vacinação para meninas, passando por 2017, início da vacinação de meninos, registra índice de cobertura vacinal em torno de 45%.
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Aumentar o índice de 45% para 80%, de infanto-juvenis imunizados, com as duas doses necessárias, contra o Human Papiloma Virus – HPV.
	PRIORIDADE:	Alta
	ODS associado:	 Saúde e Bem-Estar.

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDIATOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Elevar para 80% o número de infantojuvenis, entre 9 e 14 anos, imunizados através das duas doses da Vacina contra o HPV. A atual cobertura com a nova faixa etária de 9 a 14 anos que passou a vigorar a partir de setembro de 2022 para ambos os sexos, em novembro de 2022 estávamos com cobertura de 27,52%. A pandemia de Covid interferiu na proporção de cobertura vacinal, com o afastamento da população das atividades preventivas nas unidades básicas de saúde, e as estratégias para que a população retorne aos programas e atividades, além da vacinação do calendário do ministério da saúde foram retomadas gradativamente desde 2021.</p> <p>Atualmente, contamos com cobertura vacinal de HPV (2ª dose) de 62% dessa população alvo (até 31/07/2023). Foram adotadas estratégias de solicitar comprovação de status vacinal "em dia" no retorno às aulas de agosto, além de promoção da vacinação nas escolas.</p>	<p>3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis; 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais</p>	<p>Percentual médio de adolescentes vacinados no município. Cobertura vacinal.</p>	<p>Dados estatísticos da Secretaria Municipal de Saúde. SIPNI Monitoramento permanente da cobertura Vacinal.</p>	<p>Proseguir e ampliar a participação escolar no Programa Santos Jovem Doutor. Projeto realizado no contraturno escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental II, 8ª e 9ª em parceria com o Instituto de Telemedicina da Universidade de São Paulo. O objeto do programa é desenvolver ações de prevenção e promoção em saúde, prioritariamente contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e outras doenças Infecções, por meio de utilização de recursos Tecnológicos, estimulando a busca por informações, o exercício da Cidadania e formas mais prazerosas de disseminar informações aos seus pares e também para a comunidade de escolar como um todo. Devido ao sucesso e relevante utilidade pública educacional, o Programa, ainda, conta com um projeto piloto com as turmas de alunos de 7ºs anos, que saiu de 2 para 6 escolas da rede em 2022. Vacinação em escolas. Adesão ao Programa Nacional de Imunização - PNI.</p>	<p>em andamento</p>	<p>01/06/15</p>	<p>11/12/24</p>	<p>Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Ministério da Saúde, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos, Departamento Administração e de Infraestrutura (DEAFIN) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).</p>	<p>Coordenadoria de Doenças Infecções (CCDI)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS).</p>	<p>Diretoria de Comunicação (DICOM); Secretaria Municipal de Educação (SEDUC); Programa Saúde na Escola (PSE)/Rotary Clube. Programa Jovem Doutor Seção de Projetos Educacionais Especiais (Seproje) Prof. Dr. Chao Lung Wen Chefe da Disciplina de Telemedicina do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (DTM-FMUSP).</p>

ÁREAS TEMÁTICAS (Promoção de vidas saudáveis) 4) Atenção à saúde do adolescente - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq.



Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA Revisão 2023

4	ÓRGÃO IMPLEMENTADOR:	Secretaria Municipal de Saúde - SMS	
	ÁREA TEMÁTICA:	Promoção de vidas saudáveis	
	SUBTEMA:	Atenção à saúde do adolescente	
	PROBLEMA CENTRAL :	Alto índice de gravidez, não planejada, na adolescência, na faixa de 15 à 18 anos.	
	OBJETIVO DE IMPACTO :	Diminuir em mais 30% número de gravidez, não planejada, na adolescência, em relação aos índices observados desde o ano de 2016, que vem em sucessivos decréscimos, mas ainda assim considerados altos.	
	PRIORIDADE:	Alta	
	ODS associado:	Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero. Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Redução das Desigualdades.	

RESULTADOS ESPERADOS/METAS ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS IMEDITOS	METAS ODS ASSOCIADAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS		DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
				DESCRIÇÃO	STATUS	INÍCIO	TÉRMINO			
<p>Diminuição em mais 30% o índice de gravidez, não planejada, em adolescentes, nota-se um decréscimo nestes índices, em 2017 = 327, 2018 = 266, 2019 = 253, 2020 = 223, 2021 = 212, 2022 = 173 e 2023 parcial (até 15/08/2023) = 109, ainda que vem decrescendo o total de nascidos vivos, proporcionalmente decaimos a porcentagem de mães adolescentes de 6,8% em 2017 e atual, parcial em 2023, 4,6%, com uma estrutura organizacional, em relação à diversas políticas públicas, conseguimos essa melhora.</p>	<p>3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais; 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo; 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade; 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão; 5.6 Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres; 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis; 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros; 8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários; Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p>	<p>DEVIG - estatísticas vitais - através do banco SINASC (DE 15/08/2023)</p>	<p>DEVIG, SINASC (sistema de nascidos vivos)</p>	<p>Orientação permanente sobre Planejamento Reprodutivo nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) e no Programa Escola das Mães, desenvolvido das Unidades de Saúde da Família; Campanhas de Consscientização e atenção Permanentes;</p>	<p>em andamento</p>	<p>04/03/13</p>	<p>11/12/24</p>	<p>Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde. Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p>	<p>Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG), Sistema Integro e Sistema de Atenção Básica (SISAB), Departamento de Atenção Especializada (DEAESP)/SMS (Secretaria Municipal de Saúde)</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação (SEDC); Diretoria de Comunicação (DICOM); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Programa Saúde na Escola (PSE). Programa Jovem Doutor em parceria com a Universidade de São Paulo (USP).</p>

dados do banco SINASC - Nascidos vivos

Faixa Etária Mãe	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
até 18 anos	375	392	337	304	327	266	253	223	212	173	109
Total nascidos vivos	4973	5104	4884	4512	4767	4559	4359	4084	3883	3754	2372

ÁREAS TEMÁTICAS (Promoção de vidas saudáveis) 4) Atenção à saúde do adolescente - obs: reanalisar ODS e meta indicada conforme anexo 3 na tabela Abrinq.

Mapas 2023

Plano Municipal para a Infância e a Adolescência - Revisão

Processo de institucionalização

1) Como foi realizada a correção da Matriz Lógica do PMIA revisado, depois das recomendações feitas pela equipe do Programa Prefeito Amigo da Criança?

- Foi realizada pelo mesmo grupo responsável pela revisão do Plano.
- Foi realizada pelas áreas responsáveis pelas ações contidas no Plano.
- Foi realizada pelo articulador, consultando as áreas responsáveis pelas ações contidas no Plano.
- Foi realizada pela organização externa (entidade, consultoria) responsável pela revisão do Plano.
- Foi realizada pelo grupo responsável, com ajuda da organização externa (entidade, consultoria) que colaborou na revisão do Plano.
- A correção não foi realizada.



2) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou formalmente o PMIA revisado?

- Sim. Aprovou.
- O PMIA revisado está em processo de análise e discussão pelo CMDCA.
- Não. O PMIA revisado não foi encaminhado ao CMDCA para aprovação formal.
- Não aprovou, pois já existe um PMIA vigente aprovado em resolução.
- Não aprovou.

3) Registrar informações sobre a aprovação do PMIA revisado pelo CMDCA.

Resolução nº

332/2020 - CMDCA

Data da publicação

º 267, de 10 de dezembro de 2014



4) Registrar informações sobre a aprovação do PMIA original pelo CMDCA.

Resolução nº

3.119.

Data da publicação

26 de março de 2015

5) O PMIA revisado foi aprovado pela Câmara Municipal e transformado em lei?

- Sim. Foi aprovado e transformado em lei.
- O PMIA revisado está em processo de análise e discussão na Câmara Municipal.
- Não. O PMIA revisado não foi encaminhado à Câmara Municipal para aprovação e transformação em lei.
- Não aprovou, pois já existe um PMIA vigente em forma de lei.
- Não foi aprovado e transformado em lei.



6) Registrar informações sobre a aprovação do PMIA revisado pela Câmara Municipal.

Lei nº

Data da publicação

7) Registrar informações sobre a aprovação do PMIA original pela Câmara Municipal.

Lei nº

Data da publicação

8) Enviar arquivo do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência

Cancelar



Gravar

Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

SAÚDE



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA Saúde SMS - Secretaria Municipal de Saúde

Funções	Subfunções	Tipo OCA	Orçado	Liquidado
10 - Saúde	122 - Administração Geral	Não Exclusivo	R\$ 78.805.500,00 ▲ 17,91% (Ano Anterior)	R\$ 87.806.944,03 ▲ 9,80% (Ano Anterior)
10 - Saúde	301 - Atenção Básica	Não Exclusivo	R\$ 125.626.000,00 ▲ 6,55% (Ano Anterior)	R\$ 116.431.079,10 ▲ 12,78% (Ano Anterior)
10 - Saúde	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Não Exclusivo	R\$ 467.583.000,00 ▲ 1,80% (Ano Anterior)	R\$ 599.740.300,60 ▲ 12,28% (Ano Anterior)
10 - Saúde	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Não Exclusivo	R\$ 7.040.000,00 ▲ 1,70% (Ano Anterior)	R\$ 5.515.748,93 ▲ 2,38% (Ano Anterior)
10 - Saúde	304 - Vigilância Sanitária	Não Exclusivo	R\$ 420.000,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)	R\$ 300.079,41 ▲ 24,75% (Ano Anterior)
10 - Saúde	305 - Vigilância Epidemiológica	Não Exclusivo	R\$ 23.340.000,00 ▼ - 40,91% (Ano Anterior)	R\$ 22.197.776,70 ▲ 7,52% (Ano Anterior)
10 - Saúde	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Exclusivo	R\$ 432.000,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)	R\$ 105.218,91 ▲ 56,38% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA Saúde SIEDI - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações

Funções	Subfunções	Tipo OCA	Orçado	Liquidado
16 - Habitação	482 - Habitação Urbana	Não Exclusivo	R\$ 17.083.000,00 ▼ - 37,25% (Ano Anterior)	R\$ 30.845.265,88 ▲ 15,92% (Ano Anterior)
17 - Saneamento	512 - Saneamento Básico Urbano	Não Exclusivo	R\$ 1.000,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)	R\$ 357.821,71 ▲ 96,68% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

EDUCAÇÃO



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA Educação SEDUC - Secretaria Municipal de Educação

Funções	Subfunções	Tipo OCA	Orçado	Liquidado
12 - Educação	122 - Administração Geral	Não Exclusivo	R\$ 0,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)	R\$ 0,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)
12 - Educação	306 - Alimentação e Nutrição	Exclusivo	R\$ 11.570.000,00 ▲ 0,72% (Ano Anterior)	R\$ 10.436.003,05 ▲ 47,79% (Ano Anterior)
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	Exclusivo	R\$ 353.635.420,00 ▲ 0,70% (Ano Anterior)	R\$ 339.824.103,44 ▲ 2,04% (Ano Anterior)
12 - Educação	365 - Educação Infantil	Exclusivo	R\$ 253.043.630,00 ▲ 3,27% (Ano Anterior)	R\$ 230.804.721,40 ▼ - 3,44% (Ano Anterior)
12 - Educação	367 - Educação Especial	Exclusivo	R\$ 23.211.000,00 ▼ - 0,82% (Ano Anterior)	R\$ 26.765.760,19 ▲ 17,33% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA Educação SECULT - Secretaria Municipal de Cultura

Funções

13 - Cultura

Subfunções

392 - Difusão Cultural

Tipo OCA

Não Exclusivo

Orçado

R\$ 8.884.710,00

▼ - 121,39% (Ano Anterior)

Liquidado

R\$ 10.818.910,10

▼ - 74,25% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA Educação SEMES - Secretaria Municipal de Esportes

Funções

27 - Desporto e
Lazer

Subfunções

812 - Desporto
Comunitário

Tipo OCA

Não Exclusivo

Orçado

R\$ 9.736.550,00
▲ 48,74% (Ano Anterior)

Liquidado

R\$ 4.361.695,44
▲ 9,84% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

PROTEÇÃO



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA Proteção SEDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Funções	Subfunções	Tipo OCA	Orçado	Liquidado
08 - Assistência Social	122 - Administração Geral	Não Exclusivo	R\$ 54.370.470,00 ▲ 1,49% (Ano Anterior)	R\$ 57.343.973,32 ▲ 13,41% (Ano Anterior)
08 - Assistência Social	244 - Assistência Comunitária	Não Exclusivo	R\$ 16.115.000,00 ▼ - 4,95% (Ano Anterior)	R\$ 17.214.740,43 ▼ - 0,24% (Ano Anterior)
08 - Assistência Social	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	Exclusivo	R\$ 1.927.000,00 ▲ 0,21% (Ano Anterior)	R\$ 1.509.365,88 ▼ - 4,49% (Ano Anterior)
14 - Direitos da Cidadania	422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	Não Exclusivo	R\$ 47.000,00 ▼ - 114,89% (Ano Anterior)	R\$ 0,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)
14 - Direitos da Cidadania	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	Exclusivo	R\$ 799.000,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)	R\$ 796.012,72 ▼ - 141,61% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA Proteção GPM - Gabinete do Prefeito Municipal

Funções

04 -
Administração

Subfunções

243 - Assistência à
Criança e ao

Tipo OCA

Exclusivo

Orçado

R\$ 1.450.000,00
▲ 3,45% (Ano Anterior)

Liquidado

R\$ 1.487.823,10
▲ 2,99% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

DADOS GERAIS



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

DADOS GERAIS

Orçamento Total Município

R\$ 2.954.468.630,00

▲ 1,71% (Ano Anterior)

Liquidado Total Município

R\$ 2.999.576.153,26

▲ 6,97% (Ano Anterior)

Orçamento Total Criança

R\$ 823.736.994,24

▲ 1,53% (Ano Anterior)

Liquidado Total Criança

R\$ 820.994.654,42

▲ 2,97% (Ano Anterior)

Orçamento Total OCA Saúde

R\$ 158.522.666,72

▲ 2,04% (Ano Anterior)

Liquidado Total OCA Saúde

R\$ 189.663.990,94

▲ 8,92% (Ano Anterior)

Orçamento Total OCA Proteção

R\$ 19.665.024,09

▲ 0,23% (Ano Anterior)

Liquidado Total OCA Proteção

R\$ 20.166.394,26

▲ 2,62% (Ano Anterior)

Orçamento Total OCA Educação

R\$ 645.549.303,43

▲ 1,45% (Ano Anterior)

Liquidado Total OCA Educação

R\$ 611.164.269,22

▲ 1,14% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

CONSOLIDADO GERAL



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA CONSOLIDADO

Indicadores	Funções	Orçado		Liquidado		Liquidado Per Capita	
		Exclusivo	Não Exclusivo	Exclusivo	Não Exclusivo	Exclusivo	Não Exclusivo
População crianças/jovens: 95.305	Saúde	R\$ 432.000,00	R\$ 154.338.997,63	R\$ 105.218,91	R\$ 182.706.532,56	1,10	1.917,07
	Saneamento	R\$ 0,00	R\$ 219,60	R\$ 0,00	R\$ 78.578,12	0,00	0,82
População Total: 433.991	Habitação	R\$ 0,00	R\$ 3.751.449,49	R\$ 0,00	R\$ 6.773.661,35	0,00	71,07
Índice de Proporcionalidade: 0,22	Total Exclusivo/ Não Exclusivo	R\$ 432.000,00 ▲ 0,00% (Ano Anterior)	R\$ 158.090.666,72 ▲ 2,09% (Ano Anterior)	R\$ 105.218,91 ▲ 129,24% (Ano Anterior)	R\$ 189.558.772,03 ▲ 9,77% (Ano Anterior)	1,10 ▲ 129,07% (Ano Anterior)	1.988,97 ▲ 9,68% (Ano Anterior)



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA CONSOLIDADO

Indicadores	Funções	Orçado		Liquidado		Liquidado Per Capita	
		Exclusivo	Não Exclusivo	Exclusivo	Não Exclusivo	Exclusivo	Não Exclusivo
População crianças/jovens: 95.305	Educação	R\$ 641.460.050,00	R\$ 0,00	R\$ 607.830.588,08	R\$ 0,00	6.377,74	0,00
	Cultura	R\$ 0,00	R\$ 1.951.094,12	R\$ 0,00	R\$ 2.375.847,03	0,00	24,93
População Total: 433.991	Desporto e Lazer	R\$ 0,00	R\$ 2.138.159,31	R\$ 0,00	R\$ 957.834,11	0,00	10,05
	Total Exclusivo/ Não Exclusivo	R\$ 641.460.050,00 ▲ 1,69% (Ano Anterior)	R\$ 4.089.253,43 ▼ - 24,49% (Ano Anterior)	R\$ 607.830.588,08 ▲ 1,44% (Ano Anterior)	R\$ 3.333.681,14 ▼ - 33,42% (Ano Anterior)	6.377,74 ▲ 1,36% (Ano Anterior)	34,98 ▼ - 33,42% (Ano Anterior)
Índice de Proporcionalidade: 0,22							



Mapas 2022/2021 (Ano Base 2021/2020)

OCA CONSOLIDADO

Indicadores	Funções	Orçado		Liquidado		Liquidado Per Capita	
		Exclusivo	Não Exclusivo	Exclusivo	Não Exclusivo	Exclusivo	Não Exclusivo
População crianças/jovens: 95.305	Assistência Social	R\$ 1.927.000,00	R\$ 15.478.702,83	R\$ 1.509.365,88	R\$ 16.373.192,56	15,84	171,80
População Total: 433.991	Direitos da Cidadania	R\$ 2.249.000,00	R\$ 10.321,26	R\$ 2.283.835,82	R\$ 0,00	23,96	0,00
Índice de Proporcionalidade: 0,22	Total Exclusivo/ Não Exclusivo	R\$ 4.176.000,00 ▲ 1,31% (Ano Anterior)	R\$ 15.489.024,09 ▼ - 0,06% (Ano Anterior)	R\$ 3.793.201,70 ▼ - 23,27% (Ano Anterior)	R\$ 16.373.192,56 ▲ 11,43% (Ano Anterior)	39,80 ▼ - 23,33% (Ano Anterior)	171,80 ▲ 11,34% (Ano Anterior)

